

O PENSAMENTO MISSIONÁRIO DO PADRE JOAQUIM ALVES CORREIA (1886-1951)

MARIA ODETE SOARES MARTINS *

Introdução

Em termos gerais, a época contemporânea corresponde a um período de intensa concorrência religiosa e de complexa reorganização das sociedades no respeitante ao lugar que os diversos sistemas religiosos ocupam e assumem. Nestes dois últimos séculos, três aspectos civilizacionais condicionaram este processo de expansão e concorrência religiosa: 1) a definição e o desenvolvimento dos espaços coloniais, com destaque para a ordem internacional estabelecida pela Conferência de Berlim (1884-1885), tornando a liberdade da propaganda confessional como referência dessa mesma colonização, entendida e legitimada como desiderato civilizador; 2) os movimentos migratórios que, pela via da identidade religiosa, encontraram formas de aculturação ou de resistência de várias comunidades humanas; e, 3) os processos de autonomia e de independência de países que tornaram a questão da diversidade religiosa como expressão da liberdade, tornando essa concorrência religiosa e cultural como factor determinante da coesão societária.

Desde a proclamação da independência brasileira em 1823 até ao processo de descolonização em 1974 e 1975, a problemática da expansão religiosa enquanto missão cristã constituiu um vector essencial dos assuntos portugueses em torno da soberania e da legitimidade colonial em determinados territórios no Oriente e, com particular destaque, em África. Contudo, considerando-se estes aspectos na sua valorização historiográfica, tem-se descurado bastante o debate e a evolução das perspectivas

* Mestre em História Moderna. Foi professora do Ensino Secundário até 2003.

doutrinais das correntes religiosas e políticas sobre a realidade colonial portuguesa.

Uma figura como Joaquim Alves Correia (1886-1951), padre espiritano normalmente apresentado como referência cimeira dos primórdios da dissidência católica em relação ao Estado Novo, foi também um importante pensador da acção missionária, não propriamente como expressão de um catolicismo nacional mas como tarefa dos católicos diante dos outros povos e como empreendimento civilizador. Pelas funções desempenhadas e pela continuidade dos seus escritos, o pensamento desta personalidade tem a sua relevância eclesiológica, em particular na sua dimensão missiológica, no período que se situa entre o pós-Primeira Guerra Mundial e o início das autonomias dos povos colonizados, colocadas no ambiente nacional e internacional no pós-1945. A atenção requerida ao pensamento missionário de Joaquim Alves Correia, considerando os seus múltiplos textos, permite situar e compreender a complexidade mental, religiosa e política presente no labor missionário, bem como detectar os limites dessa acção no contexto da estruturação colonial portuguesa novecentista.

1. Traços biográficos do Padre Joaquim Alves Correia

Joaquim Alves Correia nasceu a 5 de Maio de 1886, no lugar de Sernada, freguesia de Aguiar de Sousa, concelho de Paredes, distrito do Porto. O pai emigrou para o Brasil, onde viria a falecer. A vida de Joaquim foi sobretudo marcada pela figura da mãe – «a nossa mãe foi um anjo para nós»¹ – e do seu professor primário. Teve cinco irmãos: o irmão mais velho, Manuel, estudou no convento de Montariol, tornando-se franciscano em 1898, exerceu funções de redactor da revista bracarense *Voz de Santo António* até ao seu encerramento em 1909, destacou-se como intelectual, e foi amigo pessoal, entre outros, de António Sérgio e próximo do grupo da *Seara Nova*; as irmãs Rosa e Rita vincularam-se às Franciscanas de Calais, em França, ao serviço dos soldados portugueses na 1.^a Guerra Mundial; Rita morreu gaseada em 1916 e Rosa morreu no Porto em 1925.

Em 1899, Joaquim ingressara no Colégio da Formiga dos Padres do Espírito Santo, em Ermesinde². Inicialmente, em 1902, foi-lhe recusado o

¹ LOPES, Francisco – *Pe. Joaquim Alves Correia (1886-1951): ao serviço do Evangelho e da democracia*. Pref. de Manuel Braga da Cruz. Lisboa: Rei dos Livros, 1996, p. 21.

² A Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria (CSSP), também

hábito religioso, situação ultrapassada no 2.º semestre de 1904. Iniciou os seus estudos de Filosofia em 1904-1905, tendo feito em 1905-1906 o noviciado em Sintra e professado em 16 de Junho de 1906. Em 1907-1908 fez o 1.º ano de Teologia no Seminário Maior do Espírito Santo, em Carnide.

Apesar de ter sido um aluno brilhante, os superiores consideravam-no «um pouco excêntrico»³, de espírito liberal, «troquista, trivial, presunçoso, desleixado, com falta de zelo e de espírito de fé»⁴. Foi mandado estudar no estrangeiro frequentando o Seminário Internacional de Chevilly, nos arredores de Paris, o que considerou uma espécie de exílio. Entre as justificações para esta atitude, para além do seu feitio rebelde, estão os sinais de simpatia pelos republicanos e a proximidade com um sacerdote «suspeito de modernismo»⁵.

O padre Alves Correia desempenhou várias funções e interveio em várias actividades sociais ao longo da sua vida. Foi crítico literário do jornal *Novidades*, foi colaborador de revistas, entre elas *Lumen* e *Seara Nova*, foi fundador do jornal *Era Nova*⁶ e publicou várias obras. As suas relações com o Estado Novo tornaram-se bastante tensas e, após ter escrito algumas obras consideradas como incómodas por certos sectores eclesiais e políticos *A Largueza do Reino de Deus* (1931), *De Que Espírito Somos* (1933), *Vida Mais Alta* (1941), e depois da publicação de um artigo no jornal República, em 1945, intitulado *O Mal e a Caramunha*⁷, foi forçado ao exílio⁸. Apesar de se encontrar exilado, continuou a colaborar com o Grupo

conhecida como Ordem dos Missionários Espiritanos, foi fundada em 1803, em Paris, por Cláudio Poullart des Places e Francisco Maria Paulo Libermann. A entrada dos Espiritanos em Portugal deu-se em 1867, primeiro em Santarém, e depois Sintra e Carnide.

³ LOPES – *Pe. Joaquim Alves Correia*, p. 25.

⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁵ *Ibidem*, p. 36.

⁶ O jornal *Era Nova* apresentava-se como um jornal defensor da liberdade e da democracia. O seu primeiro número foi publicado em 30 de Janeiro de 1932.

⁷ Esse artigo surgiu por altura da campanha para as eleições legislativas de 18 de Novembro de 1945, altura em que a União Nacional mandara lançar de avioneta um prospecto acerca do 19 de Outubro de 1921 (*Noite Sangrenta*), dando a entender que os governos anteriores ao 28 de Maio estavam implicados nesse caso. A noite de 19 para 20 de Outubro de 1921 ficou conhecida por *Noite Sangrenta*, devido ao assassinato dos chefes políticos e republicanos históricos António Joaquim Granjo, António Maria de Azevedo Machado Santos e José Carlos da Maia, além de outros mais.

⁸ D. António Ferreira Gomes escreveu o seguinte: «o Padre Alves Correia caminha na vida sempre a direito, como os raios do sol. [...] Dissimulada e cobardemente condenado ao exílio, pôs-se em relevante evidência a sua coerência entre ideia e acção».

Metanoia ⁹. Partiu para os EUA em 17 de Fevereiro de 1946, vindo a falecer a 1 de Junho de 1951.

Ao ser homenageado no dia 25 de Abril de 1980, Joaquim Alves Correia foi celebrado como um democrata e um defensor dos direitos humanos, tendo sido reconhecido como um defensor da liberdade religiosa, do direito ao trabalho, ao salário justo, à propriedade privada, à sindicalização e à participação activa na vida política e cultural ¹⁰.

2. Experiência missionária na Nigéria

Quando se deu em Portugal a Revolução Republicana, Alves Correia encontrava-se em França, tendo que aguardar por 1912 para partir para a Nigéria, então protectorado inglês, onde teve o seu primeiro campo de acção. Os direitos da Coroa Britânica tinham-se firmado sobre esta colónia cerca de 1832 ¹¹, e em 1884 a Nigéria do Norte foi entregue para missão à Sociedade das Missões Africanas, enquanto a Nigéria do Sul foi entregue aos Padres Espiritanos.

Quando o padre Alves Correia chegou à Nigéria, em 1912, havia pouco tempo que se iniciara a metodologia proposta pelo novo Prefeito Apostólico, padre Joseph Shanahan (1871-1943). Era necessário e considerado urgente fundar novas escolas e avançando mais para o interior do território. A primeira missão onde Alves Correia trabalhou abriu em 1909 e já dispunha de algumas infra-estruturas, como casa de habitação, capela, armazém, quintal e duas escolas com capacidade para cerca de 500 a 600 alunos. Em 1912 havia em Nteje, nome da Missão, 615 crianças a frequentar as escolas e em redor da missão existiam quatro postos escolares e de catequese.

O padre Alves Correia foi enviado, em 1915, para a Missão de Ozubulu que tinha 23 sucursais e, em 1918, contava já 32 postos avançados. O padre fazia as suas visitas pastorais de bicicleta. Cada missão era constituída por uma missão central, com as aldeias à volta, e onde os professores catequistas

⁹ O Grupo Metanoia, cujo étimo significa conversão, foi fundado pelo Dr. Fernando Ferreira da Costa, e era constituído por universitários católicos que queriam renovar a Igreja a partir de dentro.

¹⁰ LOPES – *Pe. Joaquim Alves Correia*, p. 207.

¹¹ Em 1886, a posse e o governo desses territórios passaram para a Real Companhia do Níger e os territórios divididos em Protectorado da Nigéria do Norte e Protectorado da Nigéria do Sul constituíram um Estado independente em 1 de Outubro de 1960.

preparavam os seus neófitos. Em 1919, o padre Alves Correia, tendo adoecido, foi mandado regressar à Europa. Sobre a sua estadia na Nigéria considerou terem sido os anos mais felizes da sua vida.

O padre Alves Correia, após o seu regresso a Portugal, em 1920, entre as várias actividades e funções que desempenhou, foi responsável pela redacção da revista *Missões de Angola e Congo* de 1921 a 1930 e procurador das missões em Lisboa de 1922 a 1945. Foi neste contexto que, através de diversas publicações, desenvolveu continuamente a sua reflexão sobre a actividade missionária. Apesar da contextualização necessária do pensamento missionário, este não pode ser desligado da defesa que fazia da doutrina social baseada no Evangelho. «Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura!» (Mc. 16, 15)¹², «Ide, ensinai todas as gentes»¹³.

A revista *Missões de Angola e Congo*, de que foi director e editor entre 1923 e 1935, tinha como objectivo despertar no país o interesse pelas missões de África, pela necessidade que havia de formar sacerdotes missionários para o Ultramar, sacerdotes que não se limitassem a catequizar mas que fizessem, simultaneamente, a integração social dos novos cristãos. Havia necessidade de preparar os chamados mestres de artes e ofícios e também agricultores, para uma educação nas colónias, considerada o mais completa possível. A educação pelo trabalho foi um dos elementos-chave da metodologia missionária dos Espiritanos e da qual Joaquim Alves Correia se fazia arauto. Em seu entender, as missões deviam ser mais do que capelas, deviam ser oficinas, granjas e escolas. O trabalho era visto como base de transformação moral e religiosa do indígena: «o amor ao trabalho era condição de dignidade individual e familiar»¹⁴. Estas missões deviam ir além das chamadas missões teóricas, de carácter efémero, apenas baseadas na pregação e na catequese. Os indígenas deviam ser formados nos vários ofícios, na agricultura, no trabalho manual, para além da instrução religiosa, literária e social.

Ao escrever na revista que então dirigia, o padre Alves Correia estabelecia a diferença entre as missões da expansão portuguesa, em que se privilegiavam a quantidade e os batismos colectivos, e as missões dos tempos novos, com novos processos de trabalho. «A Missão cristã não

¹² CORREIA, Joaquim Alves – *A Largueza do Reino de Deus*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1934, p. 122.

¹³ IDEM – *Vida Mais Alta*. Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1967, p. 134.

¹⁴ IDEM – Os missionários que nós sonhamos. *Missões de Angola e Congo*. Braga. 7: 7 (1927), p. 113.

prega e foge: estabelece-se, educa, transforma, organiza»¹⁵, devendo preocupar-se com as novas gerações, levá-las a frequentar a escola, recrutar e formar educadores indígenas que auxiliassem nas tarefas do ensino e no desenvolvimento intelectual e moral. Paralelamente à cristianização, devia fazer-se instrução prática, agrícola e industrial, pois educar essa população significava para este missionário induzir-lhe também hábitos de trabalho.

A sua reflexão missionológica partia muitas vezes da própria experiência vivida na Nigéria, onde existiam missões católicas, de padres franceses e irlandeses, e missões protestantes inglesas. Em jeito de crítica, mas também com objectivo de definir prioridades no método missionário, Joaquim Alves Correia assinalava que as missões católicas inicialmente apenas se preocupavam em ensinar o catecismo para fazerem o baptismo enquanto que as protestantes inglesas trabalhavam devagar e só baptizavam quando o ideal do trabalho tivesse penetrado e cada baptizado pagasse um tributo em dinheiro para a sua Igreja, sinal de actividade e sacrifício. Os missionários católicos franceses e irlandeses tinham sido levados a mudar quando verificaram que a pedagogia protestante era mais sensata, uma vez que os seus alunos continuavam fiéis ao contrário dos católicos, que, embora pudessem saber o catecismo de cor, muitos deles permaneciam «no paganismo e na poligamia nativa».

O padre Alves Correia em 1921, baseando-se numa comunicação feita em 1896, na Sociedade de Geografia de Lisboa, pelo padre Ernesto Lecomte (1862-1908), de origem normanda, considerado amigo de Portugal e fundador das missões de Caconda, em Angola, apresentou as condições que deviam existir para a organização de uma missão. Nessa apresentação, considerava como central as condições do sítio de instalação da missão que devia ser pitoresco, salubre, com qualidade e extensão de terrenos aráveis, com facilidade de irrigação, com recursos locais e na proximidade de um centro populoso sobre o qual pudessem exercer influência.

Este povoamento missionário deveria ter um objectivo civilizador. Nesta perspectiva, o padre espiritano Alves Correia considerava que o “preto”¹⁶ se devia portugalizar, mas não como os missionários belgas procediam e para quem “portugalizar” era assimilar o “preto”, impondo-lhe a

¹⁵ IDEM – Missionários leigos: tempos novos, processos novos. *Missões de Angola e Congo*. Braga. 1: 2 (1921), p. 25.

¹⁶ Este tipo de expressões da época manifestam a importância que na problemática missionária era dada à componente rática, onde a diferença surgia como dimensão legitimadora da relação entre cristianizar e civilizar.

civilização portuguesa com o Cristianismo; pelo contrário, considerava fundamental que se deixasse «preto e africano em tudo, excepto na religião»¹⁷. Considerava que se devia tentar pôr em prática o ideal do “preto-irmão”, isto é, colocá-lo em pé de igualdade com o português, quer como homem, quer como cristão. Esta idealização utópica pretendia que o “preto” se devia elevar deixando «as suas superstições boçais e sanguinárias»¹⁸ e não impor modas e comportamentos ridículos como «fomentar o uso dos colarinhos engomados e dos monóculos»¹⁹ e, neste sentido, o mais importante na missionação era, em seu entender, formar homens cristãos para depois os fixar e dar origem a uma humanidade nova.

3. A concorrência estrangeira nas missões

Apesar de todas as riquezas nos territórios ultramarinos, o padre Correia questionava se Portugal poderia ou não dar pessoal e meios de acção às missões coloniais. A abastança missionária tornara-se uma «lenda perigosa», porque não correspondia à verdade. Joaquim Alves Correia destacava que o «Portugal católico» não fornecia os meios financeiros suficientes para a organização do apostolado cristão ultramarino, ficando a situação dos territórios coloniais portugueses em inferioridade perante as missões estrangeiras dos países protestantes da Europa e da América, ricos e generosos, fortes em recursos materiais e com boa organização.

Em 1928, o padre Joaquim Alves Correia, então Procurador Geral das Missões do Espírito Santo, reflectia e caracterizava esta insuficiência missionária de Portugal colonizador. Apontava para o facto das colónias portuguesas que, ou não tinham missionários como era a situação na Guiné, ou havia retraimento eclesial e político em relação à concorrência das missões estrangeiras, as quais por seu lado tinham pessoal válido e recurso a tecnologia moderna. Assinalava que as várias escolas e igrejas evangélicas de Angola e Moçambique, com professores, médicos e enfermeiros, para além dos pastores, eram sustentadas pelo dinheiro de particulares da Suíça, da Inglaterra e dos Estados Unidos da América.

¹⁷ IDEM – Portugalizar o Preto. *Missões de Angola e Congo*. Braga. 8: 9 (1928), p. 161.

¹⁸ *Ibidem*, p. 162.

¹⁹ IDEM – O maior dos valores coloniais. *Missões de Angola e Congo*. Porto. 23: 1 (1943) p. 6.

Sobre estas questões, o padre Alves Correia reconhecia que, apesar de «estar na moda atribuir a responsabilidade da política colonial em Portugal a sectarismos anti-religiosos», o Estado Republicano, sobretudo a partir de 1919, parecia não ter descurado o apoio às colónias e, mesmo assim, elas iam morrendo, sobretudo as seculares, por falta de missionários. Assim, para ele, havia antes de mais um problema da consciência católica em relação à questão missionária e com raízes no passado. Como exemplo, referia a missão de S. Salvador do Congo, missão histórica, primeira sede do bispado angolano. Sobre o declínio da acção missionária portuguesa, em relação à qual se costumavam atribuir responsabilidade à extinção das Ordens Religiosas antigas, o padre Alves Correia considerava que o verdadeiro problema se devia ao facto destas Ordens terem deixado de exercer a sua função considerando que, enquanto essas Ordens andaram acompanhando os portugueses pelo mundo – como no caso dos Jesuítas, Franciscanos, Dominicanos e Carmelitas, – ninguém as pusera em causa, mas já em 1640 os missionários de Angola eram tão poucos que, para o Congo, a Santa Sé enviara Capuchinhos italianos e, no tempo de D. Maria I (1777-1816), enquanto em Angola havia grande falta de missionários, a metrópole estava «coalhada de frades»²⁰, gerando uma situação de poucos missionários e sem competência.

Pedagogicamente, o modelo a seguir pelos portugueses devia ser o das missões estrangeiras, estruturalmente mais metódicas, mesmo que fossem “herejes” – “devíamos acolher a verdade, de onde quer que ela viesse e fosse de que mãos fosse” (Leão XIII). Os padres franceses, por exemplo, influenciaram as missões portuguesas pelo método que introduziram através dos “ateliers” de artes e ofícios, junto à escola e à igreja, contribuindo para a fundação das missões modernas. Também os Metodistas ingleses e americanos deram exemplos que se impuseram a qualquer chefe missionário católico que não estivesse fossilizado. Foi o que fez o padre Shanahan, a partir de 1905, ao tomar a direcção da prefeitura apostólica da Nigéria que funcionava em condições precárias e ao formar, ao fim de dez anos, vários centros missionários espaçados estrategicamente e fornecidos por catequistas formados numa escola de habilitação especializada. A partir daí, de cada centro missionário iam irradiando pelo sertão novas escolas, através da acção de instrutores nativos. O próprio padre Joaquim Correia dirigia 31 escolas e num dos domingos do mês deixava a um colega a igreja-escola da

²⁰ IDEM – Insuficiência Missionária de Portugal colonizador, no passado e no presente? E no futuro? *Bol. da Agência Geral das colónias*. Lisboa. 4: 40 (1928), p. 5.

missão central e ia reunir-se num outro centro, com os catequistas-professores das sucursais, com os quais discutia o ensino religioso, ensaiava cânticos, etc., programa que a seguir era transmitido aos estudantes-catecúmenos que estavam dispersos. Por todos estes centros havia visitas pastorais que fiscalizavam o trabalho e o comportamento destes catequistas instrutores. Segundo o padre Correia, com este mecanismo em andamento, o missionário europeu, especializado em funções de “mola-mestre”, apenas dirigia, e dirigia em muitos lugares num só dia, o que lhe era permitido pelo progresso dos meios de comunicação e transporte (estradas, bicicletas). Na Nigéria só havia missionários mestres-escola e catequistas.

Mais tarde, já em 1935, o padre Joaquim Correia continuaria a abordar a desproporção entre os missionários estrangeiros e os portugueses. A proporção era sempre de dois ou mais estrangeiros para um nacional. Em Angola, “a mais portuguesa das nossas Colónias”, as missões evangélicas estrangeiras eram em maioria e as católicas sofriam de desequilíbrio entre o pessoal português e o que provinha de várias outras nações de cristandade europeia. Em 1938, havia uma dezena de hospitais das missões protestantes, com médicos e enfermeiros especializados, e os portugueses apenas tinham dispensários pobres, sem um único médico missionário. Era evidente que um missionário estrangeiro teria de adaptar a sua cultura à do País, Angola ou outro, teria de aporuguesar-se. Por isso o poder civil tentava ajudar com auxílio pecuniário um missionário próprio, porque serviria não só esse poder, mas também os interesses espirituais, os de Deus. Este era o nacionalismo das Nações que aspiravam à grandeza de servir a humanidade – «o Nacionalismo que não é pecado»²¹. Colaborar na civilização não era incompatível com a missão do missionário, porque evangelizar era impossível sem primeiro civilizar; a cultura espiritual exigia a cultura humana. O papel do missionário era duplo. Para ser cristianizador, tinha que ser igualmente civilizador. O papel de civilizar não podia ser tarefa reservada apenas aos administradores e aos leigos.

²¹ IDEM – Nacionalismo que não é pecado. *Missões de Angola e Congo*. Porto. 15: 7 (1935), p. 200.

4. A “falta de obreiros”

A falta de missionários era um tema recorrente nos meios da evangelização e, para Alves Correia, essa falta de gente também era encarada como “a praga negra” de todas as missões portuguesas. Havia queixas constantes de que o campo do apostolado estava cada vez mais deserto de obreiros. A Santa Sé na época contemporânea, desde Gregório XVI (1831-1846), pronunciara-se recorrentemente sobre a necessidade de promover agentes capazes de realizar de modo mais eficaz e continuado para a evangelização dos povos. No primeiro quartel do século XX, destacam-se os papas Bento XV (1914-1922) com a encíclica *Maximum illud* (1919) e Pio XI (1922-1939) com a encíclica *Rerum Ecclesiae* (1926) onde se pretendia mobilizar os católicos para a conversão dos povos e onde se reconhecia a necessidade da formação do clero indígena e o nascimento de Igrejas autóctones. Nomeadamente, Pio XI escrevia nessa encíclica: «ouçam a nossa voz todos os cristãos e unam-se para socorrer os povos, que ainda estão debaixo do jugo do erro e da barbárie»²² –, apelando aos prelados e directores dos seminários para que colaborassem na formação de missionários: «se, pois, na diocese de qualquer de vós, parecerem chamados àquele apostolado eminente quaisquer adolescentes, seminaristas ou sacerdotes, anime-os o vosso favor e autoridade com especial carinho e conselho, longe de lhes resistir por qualquer forma que seja»²³.

Mais tarde, Pio XII (1939-1958), na sua encíclica *Saeculo exeunte octavo* dirigida aos bispos portugueses a 13 de Junho de 1940, destacava esta dimensão missionária associada à dinâmica do movimento católico em geral, sublinhando ser dever dos que militavam na Acção Católica privilegiar a nobre cruzada em favor das missões, afirmando: «desejamos que nos seminários se oriente a educação dos candidatos ao sacerdócio de tal maneira que eles adquiram uma sólida e profunda consciência missionária, tão apta a robustecer a formação sacerdotal com vantagem para o futuro exercício do seu ministério, em qualquer posto a que a Providência os destine. E se algum deles, se sentisse chamado para as Missões, nem a falta de clero, nem necessidade alguma da diocese deve desanimar-vos ou dissuadir-vos de dar o vosso consentimento»²⁴.

²² IDEM – Retórica e Parada... *Missões de Angola e Congo*. Porto. 18: 5 (1938), p. 132.

²³ IDEM – *A Largueza do Reino de Deus*, p. 147.

²⁴ IDEM – *Vida Mais Alta*, p. 152.

Foi para o desenvolvimento de uma nova consciência missionária, baseada numa profícua cooperação entre as várias congregações e o diverso pessoal missionário, que o padre Correia apelou aos católicos de Portugal para que olhassem com sinceridade para África, concretamente para Angola e Moçambique. Assim, sugeria que se tomasse como exemplo o Congo belga, onde trabalhavam várias congregações missionárias «de filhos da Bélgica»²⁵. Os belgas em vez de lamentarem que houvesse protestantes, resolveram ir para o Congo com a sua “alma católica”. Cada uma das Congregações religiosas admitidas na Bélgica ocupava o seu distrito. A Congregação do Espírito Santo estava no Katanga e tinha para cima de setenta missionários e auxiliares. Havia Beneditinos, Franciscanos, Redentoristas, Jesuítas, Padres do Sagrado Coração, todos com esforço idêntico. Todo o suporte financeiro era o resultado da generosidade pública que fornecia meios para o sustento e viagens dos missionários, para a dotação das missões, para a formação longa e dispendiosa das vocações missionárias. Os protestantes americanos fizeram o mesmo com os seus missionários. Onde a falta de gente para as missões mais se fazia sentir era em África, e principalmente em Moçambique, onde a evangelização precisava de se impor devido à concorrência das missões estrangeiras, sobretudo metodistas americanas e suíças.

Como mais um remédio para a falta de missionários, defendia que se levasse a cabo a formação de um clero nativo. Para isso considerava ser necessário estabelecer na capital do Bispado de Angola um seminário para a formação de naturais, afastando-os da corrupção, e que viessem a ser competentes e em número suficiente.

Nos seus escritos, Joaquim Alves Correia relembra que os primeiros padres do Espírito Santo, ao partirem para Angola em Janeiro de 1866, tiveram oposição quer na Imprensa quer no Parlamento; e, no seu dizer, as congregações missionárias só se vieram a impor através das próprias obras de acção cristianizadora e de civilização. Para Moçambique foram os Jesuítas em 1881 e os Franciscanos em 1898. Fora Mouzinho de Albuquerque que, em 1895, chamara a atenção para o facto de a maioria das missões na África Oriental serem estrangeiras e serem os seus missionários que ensinavam «português aos pretos», porque não havia em Portugal ordens regulares²⁶.

²⁵ IDEM – *A Largueza do Reino de Deus*, p. 153.

²⁶ Este constituiu um dos principais argumentos utilizado para defender a liberdade das congregações religiosas em Portugal, nomeadamente durante a Monarquia Constitucional e a Primeira República.

Refere ainda que, mais tarde, Brito Camacho, alto-comissário em Moçambique após o sidonismo, afirmara que «um missionário não é um funcionário banal. Ou tem fé, religião e obediência ou abandalha-se»²⁷, tendo chamado a atenção para o facto da República Portuguesa, em pleno regime de separação, não poder gastar o dinheiro do povo com eclesiásticos abandonados. Em 1944, o padre Alves Correia, falando sobre o dever missionário, dizia que se deixasse de haver missões e missionários, enquanto ainda houvesse povos que não tivessem visto “a grande luz”, a Igreja teria falhado na sua missão na terra. Um cristão ou um povo que se desinteressasse da evangelização dos gentios iria contra a fecundidade espiritual.

5. O papel dos leigos na missão

A construção de uma humanidade nova numa África Nova, a que tantas vezes se referia o padre Alves Correia, precisava de ser coadjuvada por irmãos leigos, porque o missionário isolado, sozinho, deixaria a obra incompleta. Em 1923, o padre Correia publicou um opúsculo chamado *Evangelizadores do trabalho* para despertar as vocações laicais, pois defendia o papel importante dos leigos no trabalho missionário uma vez que os obreiros eclesiásticos levavam muito tempo a preparar e eram poucos. «O missionário auxiliar [...], é um colaborador, um obreiro responsável da regeneração pelo trabalho»²⁸. É um evangelizador que coadjuva e coopera com o missionário-padre e deve ser tão perfeito como este²⁹. Para isso, os leigos deviam ter formação literária e artística, para além da formação da piedade. A sua formação seria feita ao longo de três ou quatro anos de estudos práticos, metódicos e inteligentes, preparados para ensinar na escola e na oficina o «filho ingénuo e dócil do selvagem [...] até fazer de um meio-bruto um homem»³⁰, que viria a ser o responsável pela família

²⁷ CORREIA, Joaquim Alves – Insuficiência Missionária de Portugal colonizador, p. 17.

²⁸ IDEM – Missionários leigos: tempos novos, processos novos, p. 26.

²⁹ No Art.º 31.º do Estatuto Orgânico das Missões afirma-se: «Missionários são os sacerdotes que, inteiramente subordinados aos prelados portugueses, vão para as colónias consagrar-se exclusivamente à civilização e engrandecimento da sua população; e auxiliares são os que, não sendo sacerdotes, com eles cooperam...”.

³⁰ CORREIA, Joaquim Alves – A educação do missionário leigo. *Missões de Angola e Congo*. Braga. 1: 8 (1921), p. 115.

cristã, elemento da sociedade nova que Portugal andava a construir. Fez referência aos coadjutores leigos que se entregavam, juntamente com os padres, à colonização de África, missionários do trabalho, alguns preparados na Escola Agrícola Colonial de Sintra, para ajudar a transformar em celeiro produtivo as terras africanas.

Considerava-se que o Estado não deveria deixar o campo livre à invasão desnacionalizadora estrangeira, embora se soubesse que a colonização sistemática, metódica e organizada, exigia despesas, mas sem despesas as colónias morreriam. Alves Correia considerava que a obra missionária ficaria incompleta se ficasse apenas pela educação individual do indígena. Para ele, a preocupação missionária devia estender-se à organização da sociedade, em especial à família, considerada a célula do organismo social humano e identificada com a família cristã. O missionário devia preparar o jovem indígena para ser chefe de família, responsável e trabalhador, e não podia esquecer também a preparação da “nativa selvagem” para esposa, «mãe humana e mãe cristã»³¹.

Para a preparação das mulheres em África contava-se com as congregações femininas como as Missionárias Franciscanas de Maria, estabelecidas em Moçambique e em S. Salvador do Congo, e as Irmãs de São José, em missões da África Ocidental. A directora de uma missão feminina afirmara, durante uma visita feita pelo padre Joaquim Correia, que as nativas «aprendem a ler e a falar como o branco, mesmo a rabiscar um apontamento e a fazer uma conta»³²; aprendem costura, regras de higiene – fazer as barreiras –, aprendem o Catecismo pelo método de lições práticas, com exemplos, e cantam. Havia externas e internas, chamadas estas pensionistas. As externas, no fim do dia, iam ajudar as mães no trabalho doméstico. As internas eram confiadas às Irmãs pelos noivos que as compravam aos pais e pagavam para serem educadas para boas esposas e mães. Após o jantar e o recreio, algumas das nativas acompanhavam a Irmã enfermeira na visita aos doentes e outras iam para a fazenda cultivar feijão, rícino, tabaco, hortícolas várias, etc., trabalhos que o costume indígena reservava à mulher. Tudo isto era feito com o fito de ajudar a criar mães capazes de cuidar dos filhos cristãmente mas também de contribuir para a subsistência familiar.

³¹ IDEM – As Irmãs da Missão. *Missões de Angola e Congo*. Braga. 1: 1(1921), p. 11.

³² *Ibidem*, p. 12.

6. A formação e a preparação de missionários em Portugal

Na formação de missionários e auxiliares leigos, o padre Correia referiu as dificuldades que houve em Portugal, ao longo dos tempos. Referiu, por exemplo, que em 1910 com a República, foram aniquilados os colégios missionários do Espírito Santo, precisamente na altura em que iam começar a sair deles padres e leigos auxiliares que podiam ajudar a colmatar a falta que havia. Mesmo depois de 1920, data da abertura do primeiro colégio de Missões, a formação foi muito lenta. «Um missionário padre leva uma dúzia de anos a formar»³³. Em 1931, essa formação fazia-se nos Colégios de Tomar e de Cucujães, ligados aos padres seculares, e desde 1926, data da extinção do Instituto de Missões laicas, fazia-se também no Colégio de Cernache do Bonjardim. Por parte da Corporação Missionária do Espírito Santo, referiam-se os colégios preparatórios de Godim, na Régua, do Fraião, em Braga, do Seminário de Viana do Castelo e da Escola Profissional de auxiliares, anexa ao Colégio de Fraião. No que dizia respeito à Corporação de Missionários Franciscanos, a que estava ligado o padre Manuel Alves Correia, irmão de Joaquim Alves Correia, formavam-se missionários no Colégio de Montariol e no Seminário de Varatojo. Quanto à preparação de auxiliares do sexo feminino, cada um destes grupos tinha na sua dependência um colégio. A Corporação Franciscana tinha o Colégio de Hospitaleiras Portuguesas, em Caminha; a Corporação do Espírito Santo, o Colégio das Irmãs de S. José em Braga; e a Corporação dos Seculares, o Colégio das Missionárias Franciscanas de Maria, em Barcelos. Houve ainda durante a Ditadura mais duas corporações missionárias: a Corporação dos Missionários de Maria, em S. Tomé, e a Corporação Missionária Beneditina, no Moxico, Angola. Nenhum destes estabelecimentos era instituição oficial do Estado como o foi o Instituto de Missões Coloniais que funcionou em Cernache do Bonjardim de 1917 a 1926. Eram casas de ensino missionário, instituições eclesiásticas em regime de separação da Igreja e do Estado, e apenas subsidiadas a título de utilidade pública. Os programas escolares, embora os estabelecimentos de ensino para a preparação de missionários não fossem oficiais, pouco diferiam dos do ensino público, ou seja, do ensino liceal. A preparação para as Colónias era muito incipiente, pois reduzia-se a pouco mais de uns rudimentos de higiene tropical, de medicina, e à familiarização com a mentalidade colonial. O aconselhável era que os programas se fossem adaptando à vida eclesiástica, escolar e agrícola das colónias e que, como preparação,

³³ IDEM – *A Largueza do Reino de Deus*, p. 140.

um missionário tivesse pelo menos umas noções elementares de enfermagem e de fisiologia humana.

7. A geografia e a política missionária

Nas primeiras décadas do século XX, as missões oficialmente reconhecidas «como religiosas civilizadoras» eram as de Angola, Moçambique e Timor. Este estatuto era identificado e reconhecido em relação às missões católicas.

Em Angola, os padres da Congregação do Espírito Santo tinham a sua rede de missões modernas dividida por quatro circunscrições missionárias: Congo (ou enclave de Cabinda), Malange-Lunda, planalto de Benguela e planalto de Huíla. No enclave de Cabinda, a missão era Lândana, e era masculina e feminina com internato. A circunscrição missionária do interior de Benguela era a mais próspera e progressiva dos padres do Espírito Santo. As missões principais eram as de Caconda, Bailundo e Huambo. Tinham padres e leigos preparados em três casas na Metrópole; uma de missionários presbíteros, outra de auxiliares leigos em Braga e outra ainda para estudos complementares em Viana do Castelo. As missões do planalto da Huíla eram as mais florescentes a seguir às do planalto de Benguela. Geograficamente, eram excelentes, de clima temperado e de boas possibilidades agrícolas. Eram, como as de Cabinda, missões modernas e modernamente organizadas, onde a economia e o trabalho europeus foram integrados na vida do indígena.

As estruturas missionárias dos vários Institutos Religiosos tinham sido afectadas e desmanteladas com a política religiosa republicana, em particular nos primeiros anos do novo regime político. A 10 de Novembro de 1910, o padre José Antunes, Superior e Procurador da Congregação do Espírito Santo em Portugal, chamara a atenção do Governo português para as implicações das decisões do Conferência de Berlim (1885), da Acta Geral da Conferência de Bruxelas (1890) e do Tratado Luso-Britânico (1891), em que Portugal se tinha comprometido a aceitar e proteger em Angola, Guiné e Moçambique, as missões cristãs já estabelecidas e a estabelecer-se. Após 1911, com a Lei da Separação da Igreja do Estado, a República afastou do funcionamento do seu próprio mecanismo os ministros da Religião Católica e, em 1913, estendeu-se às Colónias a Lei da Separação.

Todavia, pela necessidade de sustentar a soberania portuguesa nesses territórios, os governos acabaram por inflectir a sua política no respeitante à questão ultramarina. Dentro do espírito da política missionária portuguesa

é certo que levou algum tempo para os missionários e os homens da República se entenderem.

Embora os missionários já não pudessem ser considerados funcionários pagos pelo Estado, viveu-se de 1913 a 1919 num regime de experiência, de compromissos, de ensaios, expressos na publicação de vários decretos (decreto n.º 233, de Almeida Ribeiro, a 22 de Novembro de 1913; decreto n.º 5239, de Carlos da Maia, a 8 de Março de 1919; decreto n.º 5778, de João Soares, a de 10 de Maio de 1919) que aplicavam aos missionários católicos ordenados e regulamentos que tinham sido feitos para os missionários laicos, funcionários públicos. O Decreto 6322, de 24 de Dezembro de 1919, de Rodrigues Gaspar, Ministro das Colónias, e assinado pelo Presidente da República António José de Almeida, considerava os missionários católicos separados em três grupos: seculares, padres do Espírito Santo e franciscanos, sem ligação com a Igreja e equiparados aos funcionários públicos. Foi só o segundo decreto de Rodrigues Gaspar, n.º 8351, datado de 26 de Agosto de 1921, que encarou os missionários católicos na sua verdadeira posição, ou seja, utilizados pelo Estado para fins civilizadores, mas deixados à Igreja Católica e à sua disciplina. Em 13 de Outubro de 1926 foi publicado o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e Timor³⁴, pelo novo Ministro das Colónias João Belo, Decreto n.º 12485, que regulou as relações do Estado com os missionários até ao Decreto-Lei n.º 31207, de 5 de Abril de 1941, que regulamentou essas relações, com base na Concordata e no Acordo Missionário,

³⁴ O Estatuto Orgânico das Missões (13 de Outubro de 1926) definia «com precisão e nitidez a posição do missionário, cuja colaboração o Estado utiliza e retribui, cuja preparação em colégios adequados subsidia, cujo tempo de serviço paga, cuja acção favorece, a cujas obras estabelece dotações, mas sem de modo algum se imiscuir na sua subordinação hierárquica, nem na disciplina interna da sua Igreja». Segundo o Estatuto Orgânico das Missões, no seu Artigo 5.º, «as missões católicas portuguesas constituem pessoas morais, com capacidade jurídica, e são legitimamente representadas pelos prelados e seus delegados, que são os vigários gerais, os superiores distritais de missões, os superiores destas, os párcos e quaisquer procuradores, com os poderes que os prelados lhes conferirem». «Em cada Colónia haverá um director de missões, que será o superior hierárquico dos missionários, a quem compete a orientação geral e administração das missões, a nomeação, a colocação, transferência e exoneração de todo o pessoal». «Ao pessoal missionário não é permitido aceitar qualquer comissão de serviço ou encargo alheio ao serviço das missões, sem especial autorização do director das missões». Os directores das missões podiam fundar escolas, colégios ou estabelecimentos de educação e ensino, e podiam ceder pessoal missionário a quaisquer corporações ou associações com estatutos aprovados pelo Governo. Em todas as escolas indígenas, o ensino da língua portuguesa era obrigatório, embora coadjuvado, provisoriamente, pela língua indígena. (Cf. CORREIA, Joaquim Alves – *As missões perante a Lei republicana. Boletim da Agência Geral das Colónias. Lisboa*. 6: 55 (1930) 11-21.

assinados em Roma a 7 de Maio de 1940, e aprovados e promulgados como Lei de Estado em 30 de Maio de 1940.

Este Estatuto propunha aos missionários portugueses um programa que os levava a educar “o homem todo”, e a não fazer dele um cristão artificial e ilusório. Foi considerado como que o início de uma vida nova. O padre Alves Correia – em 1930, então Procurador Geral das Missões do Espírito Santo – renovou o apelo aos portugueses para que se empenhassem na cruzada das missões. «Missionários só os faz a Igreja. O Estado utiliza-os já feitos»³⁵. Aceitando ou não a colaboração do Estado, as missões católicas teriam sempre que submeter-se à lei do país colonizador. Esta lei, nas colónias portuguesas, dizia que a escola se fazia em português, e os próprios protestantes que desejaram continuar a abrir escolas em Angola e em Moçambique tiveram de sacrificar os seus pontos de vista sobre metodologia no ensino e guardar as línguas indígenas para a catequese.

O padre Joaquim Alves Correia fez referência a Altos Comissários de Moçambique e de Angola que apoiaram as missões católicas. Foi o caso de Norton de Matos em Angola que, no seu primeiro governo geral (1912) e aquando primeiro Alto Comissário (1921-1923), promoveu a aculturação dos autóctones, defendeu melhores condições de trabalho, melhores condições de saúde, melhores condições de instrução e educação religiosas, tendo mandado organizar também as primeiras escolas-oficinas e missões laicas. Não se contentava apenas com a promulgação das leis favoráveis aos indígenas mas fazia força para que as executassem. «Os europeus não se imporão aos filhos da selva pela força bruta das expedições militares, mas pela superioridade da justiça e da bondade [...]. A penetração portuguesa não será nunca outra coisa senão o fermento com que a Providência decretou revolucionar o mundo»³⁶.

Alves Correia chamou também a atenção para o facto de que se se comparasse a obra das missões nacionais e das missões estrangeiras em Angola, entre 1934 e 1938, verificava-se que nas missões religiosas em Angola, fossem evangélicas ou católicas, havia pessoal estrangeiro a trabalhar, embora as evangélicas ou protestantes tivessem a quase totalidade de estrangeiros. Os missionários estrangeiros católicos, após renunciarem ao foro da respectiva nacionalidade, como refere o Estatuto das Missões Católicas Portuguesas de 13 de Outubro de 1926, ficavam enquadrados nas missões dirigidas pelo Bispo de Angola, sendo nomeados, transferidos, ou

³⁵ CORREIA, Joaquim Alves – As missões religiosas como instrumento de civilização portuguesa. *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Lisboa, 2: 16 (1926), p. 87.

³⁶ IDEM – Penetração Portuguesa. *Missões de Angola e Congo*. Porto, 22: 5 (1942), p. 133.

desligados do serviço, sempre às ordens do referido Bispo e sempre com entendimento do Governador Geral. Em Angola, em Cabinda, por exemplo, havia quatro missões do Espírito Santo e duas de evangélicos. No Zaire, os protestantes tinham quatro. Em Luanda, os protestantes tinham duas e os católicos cinco. Em Lunda e Malanje havia cinco missões católicas e seis protestantes. Na região de Benguela havia 14 católicas e 22 evangélicas. Em Huíla e Moçamedes os protestantes tinham menos visibilidade. A instrução do indígena estava quase só sob a influência do apostolado católico, ou seja, os missionários do Espírito Santo e as Irmãs de São José. Em Moçambique, onde os protestantes estrangeiros eram em maioria esmagadora, havia dois grupos de missões religiosas que o Estado subsidiava: um de missionários associados, com pessoal eclesiástico e auxiliares leigos, outro de missionários independentes. O primeiro eram os Franciscanos portugueses que trabalhavam nos territórios da Companhia de Moçambique, o outro era formado por elementos do antigo colégio eclesiástico de Cernache do Bonjardim. Na cidade da Beira havia uma escola de Artes e Ofícios – Missões Franciscanas da África Oriental – considerada um modelo de Escola profissional e destinada em primeiro lugar aos nativos dos territórios confiados à referida Companhia de Moçambique. Em Timor havia duas missões com escolas e oficinas. Existiam missões evangélicas de várias nacionalidades: inglesas, suíças, americanas, sul-africanas, às quais a civilização portuguesa não interessava e que estavam espalhadas também por Moçambique e Angola, substituindo-se muitas vezes às missões portuguesas.

Baseando-se num capítulo do livro *Le Prêtre d'aujourd'hui*, do padre Schulte, capuchinho de Munique – A concorrência entre as obras do Apostolado Sacerdotal –, o padre Joaquim Alves Correia referia que a concorrência de que tanto se falava, não era uma concorrência igual à dos outros trabalhadores que lutavam para que houvesse menos elementos. Pelo contrário, o clero empenhara-se para que não faltassem alunos nos seminários e para que fosse remediada a carência de sacerdotes. Não se tratava de luta de pessoas pelo monopólio da evangelização. A concorrência acontecia muitas vezes entre as Ordens Religiosas, porque fomentavam “capelinhas” que só contribuía para a estagnação e o torpor da vida cristã e da Igreja missionária. O padre Alves Correia reconhecia e defendia que, apesar de todos os contratemplos, a missão prosseguia devido à abnegada persistência de alguns missionários, que os protestantes e os católicos tinham a mesma função, embora interessasse mais que a religião cristã fosse implantada por uma organização portuguesa, porque o território seria daqueles de quem fossem livremente as almas.